

O estudo foi desenvolvido pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), em parceria com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Marsh (América Latina) e o Atlantic Council's Climate Resilience Center

Até 91% das perdas econômicas registradas em determinados eventos climáticos dos últimos anos não estavam cobertas por seguros, deixando famílias, empresas e governos praticamente sozinhos diante de enchentes, secas severas e tempestades que se intensificam com as mudanças climáticas. O dado faz parte de um estudo inédito apresentado na Casa do Seguro durante a COP30, em Belém.

Segundo o relatório “Insurance and Brazil’s Bioeconomy Revolution”, o avanço da exposição a riscos climáticos exige que o setor de seguros seja compreendido não apenas como um instrumento de proteção financeira, mas como agente de indução a práticas sustentáveis e a modelos de desenvolvimento mais resilientes em um contexto de transformação econômica e ambiental. O documento foi desenvolvido pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), em colaboração com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), a Marsh (Latin America) e o Climate Resilience Center, do Atlantic Council.

Entre os casos analisados, o estudo destaca as chuvas extremas que atingiram o Rio Grande do Sul ao longo de 12 dias consecutivos, que resultaram em prejuízos massivos. Apenas R\$ 6 bilhões estavam cobertos por apólices, deixando uma lacuna de 83%. No período de 2022 a 2024, os desastres climáticos somaram R\$ 184 bilhões em perdas para o país, evidenciando a urgência de ampliar o acesso e a oferta de proteção financeira diante de eventos ambientais mais frequentes e severos.

A retração da cobertura agrícola é outro ponto de atenção. A área segurada no Brasil caiu de 14 milhões para 7 milhões de hectares entre 2023 e 2024, e o seguro rural cobre atualmente menos de 8% das terras cultivadas. O aumento do prêmio médio por hectare — de R\$ 100 em 2019 para R\$ 500 em 2022 —, somado à maior incidência de eventos extremos e a cortes sucessivos no orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), contribuiu diretamente para essa queda. O movimento torna produtores rurais e cadeias do agronegócio mais vulneráveis, reduz a produtividade, amplia riscos sistêmicos e dificulta a adoção de práticas sustentáveis.

Dimensão ambiental e bioeconômica

Na dimensão ambiental e bioeconômica, o relatório aponta que o Brasil possui uma vantagem estratégica: a biodiversidade e os ativos naturais do país têm potencial para impulsionar cadeias produtivas sustentáveis, gerar renda e reduzir emissões. Apesar disso, o mercado segurador ainda carece de produtos maduros para cobrir riscos associados à natureza, restauração florestal, conservação de ecossistemas, manejo de paisagens, créditos de carbono e créditos de biodiversidade.

A ausência de séries históricas robustas, de modelos de risco adequados e de metodologias padronizadas de valoração ambiental dificulta a precificação e reduz a oferta de resseguro, especialmente no mercado internacional, elevando o custo de entrada de projetos que dependem de garantias financeiras. Além disso, os riscos ambientais possuem características que desafiam o setor: baixa previsibilidade, alta severidade e sazonalidade marcada, como ocorre em incêndios florestais, secas extremas, tempestades e invasões para exploração ilegal. Nesse cenário, o estudo destaca o potencial do Brasil para avançar em soluções como seguros paramétricos, que efetuam pagamentos automáticos com base em gatilhos climáticos e oferecem maior agilidade para regiões vulneráveis.

O documento também reforça que o Brasil é referência global em transparência de riscos

climáticos. O país foi o primeiro do mundo a alinhar seu mercado segurador às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e o primeiro da América Latina a exigir que seguradoras integrem riscos climáticos a processos de subscrição, desenvolvimento de produtos e gestão corporativa. Contudo, a integração entre riscos climáticos e riscos relacionados à natureza ainda é incipiente, especialmente no que se refere à biodiversidade, apesar da relação direta entre desmatamento, alteração dos regimes de chuva, eventos extremos e impactos econômicos.

A apresentação do relatório na Casa do Seguro durante a COP30 tem o objetivo de estimular um debate estratégico entre seguradoras, resseguradoras, reguladores, academia, investidores e formuladores de políticas públicas. A intenção é acelerar o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores, fortalecer marcos regulatórios em construção — como a Taxonomia Sustentável Brasileira e a Resolução CNSP 473/2024 — e ampliar o acesso ao seguro em setores essenciais para o desenvolvimento do país.

O estudo ressalta que os trilhões de dólares pagos anualmente em indenizações no mundo posicionam o setor de seguros como a segunda maior força financeira da resiliência global, atrás apenas do Estado. Assim, o seguro passa a ser entendido não apenas como resposta a desastres, mas como elemento central da adaptação climática, da proteção ambiental e da transição para uma economia de baixo carbono.

Ao articular dados, inovação, políticas públicas e coordenação entre diferentes setores, o Brasil pode transformar o seguro em uma alavanca estrutural para o fortalecimento da bioeconomia, para o aumento da resiliência das cidades e para a segurança econômica da população em um cenário de crise climática acelerada.

Fonte: CNseg, em 17.11.2025